

OPERAÇÃO COMPLIANCE ZERO

Parlamentares preparam CPI

O ex-governador do Distrito Federal e deputado Rodrigo Rollemberg já se movimenta para coletar as assinaturas necessárias para instaurar a CPI do banco Master

» VANILSON OLIVEIRA
» WAL LIIMA

O escândalo da operação Compliance Zero da Polícia Federal (PF), que flagrou fraudes financeiras envolvendo a venda de títulos de crédito falsos pelo Banco Master repercutiu no Congresso Nacional. Na Câmara, o deputado e ex-governador do Distrito Federal Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), iniciou a coleta de assinaturas para instaurar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), para apurar o suposto esquema financeiro. Até o momento, apenas 33 deputados assinaram o requerimento. Para Rollemberg, a gravidade e a complexidade do caso exigem uma investigação que ultrapasse os limites da esfera penal individual, atingindo diretamente o interesse público e a ordem econômica e social. “Até agora nós temos 33 assinaturas, mas nós começamos

na noite de terça e, por causa do feriado, a Câmara está vazia. Mas, vamos intensificar a coleta de assinaturas a partir da próxima terça-feira. É fundamental a gente fazer uma CPI, pois estamos diante do maior escândalo, o maior desvio de recursos públicos na operação”, prometeu. Ele criticou o governo do DF por ter defendido a compra do Master com “unhas e dentes”. “São 12,2 bilhões de reais comprados de títulos inexistentes, ou seja, isso não aconteceria sem a complacência do GDF, do governador do Distrito Federal, que defendeu com unhas e dentes essa operação. Ele foi um garoto-propaganda dessa operação”. Além do dono do Banco Master, Daniel Vercaro, a operação Compliance Zero prendeu sete pessoas envolvidas no caso. Entre os apoiadores da criação de uma CPI que compõem a bancada do Distrito Federal, está

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



O deputado Rolemberg promete intensificar as assinaturas para a CPI a partir de terça-feira

a deputada Bia Kicis (PL-DF). Para ela, a fraude desenha prejuízos bilionários e necessita de uma apuração aprofundada do Parlamento. “Estão se desenhando prejuízos bilionários, imagina você fazer títulos fictícios para fraudar credores?

Isso precisa ser levado a sério, não importa as conexões que o Banco Master tenha”, disse a deputada ao ser questionada sobre o episódio. O deputado Alberto Fraga (PL-DF) foi mais longe em suas críticas e acusou o governador do

Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB) de estar envolvido nas fraudes do banco. “Os servidores públicos do DF que vão ficar a ver navios, porque o irresponsável do governador Ibaneis se preocupou mais em comprar títulos podres.

Aí a gente começa a entender porque que o governador comprou fazendas, avião, carros, com dinheiro que só Deus sabe de onde veio”, acusou o bolsonarista. A deputada Érika Kokay (PT-DF) afirmou que sempre estranhou o interesse e insistência do Governo do Distrito Federal (GDF) em querer comprar o banco Master. Ela foi uma das parlamentares que cobrou do Banco Central que a ação fosse investigada. “Estivemos no Banco Central, na Comissão de Valores Mobiliários, na Polícia Federal e no Tribunal de Contas do DF para que esta relação fosse investigada”, lembrou. A parlamentar disse que o BRB é um banco de Brasília, do povo de Brasília e não de seus gestores. É inadmissível que o BRB tenha gasto mais de R\$ 16 bilhões com o Banco Master, comprando, inclusive, carteiras com clientes inexistentes. Um desrespeito com o banco e com o povo de Brasília. O banco é de Brasília, e pertence a sua população, e não a gestores de plantão”, finalizou. O Professor Reginaldo Veras (PV-DF) se pronunciou de forma curta e clara. Questionado sobre qual seria sua opinião sobre a operação e a criação da CPI, ele apenas disse: “Quem tem culpa que pague”.

POLÍTICAS SOCIAIS

Biometria começa amanhã

» FERNANDA STRICKLAND

O Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) anunciou, ontem, as novas regras para a implementação gradual da biometria obrigatória em benefícios sociais. A exigência vale, a

partir de amanhã, para quem solicitar novos benefícios do INSS e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e deverá ser cumprida até 1º de maio de 2026. De acordo com o governo, não haverá bloqueio automático, nem necessidade de comparecimento

imediatamente às unidades de atendimento. A ideia é que o processo ocorra de forma escalonada, sem prejudicar o acesso de quem tem direito aos programas. A ministra Esther Dweck ressaltou que o país já possui uma ampla base de biometria

consolidada. Mais de 150 milhões de brasileiros têm dados cadastrados em sistemas como o do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e da nova Carteira de Identidade Nacional (CIN). Entre os beneficiários do CadÚnico, 84% já possuem biometria registrada. Dweck explicou que o governo realizará uma busca ativa

para avisar novos beneficiários da necessidade de cadastramento. Após maio de 2026, quem pedir um novo benefício precisará ter biometria registrada em alguma base oficial. Exceções Segundo a ministra, alguns grupos estarão dispensados da exigência, como: pessoas com

mais de 80 anos; migrantes, refugiados e apátridas; residentes no exterior; e cidadãos com dificuldades de deslocamento por motivos de saúde ou deficiência. A ministra reforçou que o objetivo da medida é evitar fraudes, sem restringir o acesso de quem tem direito. “Queremos que quem não tem direito deixe de receber, jamais tirar de alguém que tem direito”, afirmou Dweck.



MARCHA PARA **BELÉM**

O futuro *caminha* com a gente

O **Correio Braziliense** traz para você a cobertura completa da **COP 30**

A COP 30 começou e o futuro do planeta está em pauta.

O Correio Braziliense acompanha, em tempo real, as discussões que vão definir os rumos da sustentabilidade no mundo.

Uma iniciativa em prol da informação e do futuro sustentável, com o patrocínio oficial Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM).



Acesse o site do projeto e saiba mais!

Patrocinador Oficial:



Realização:



